



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

— Instituído pela Lei Nº 4.294, de 6 de dezembro de 2023 —

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
ESTADO DO TOCANTINS  
PALÁCIO DEPUTADO JOÃO D'ABREU

10ª LEGISLATURA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA

PALMAS, TERÇA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2024

ANO XXXIV - EDIÇÃO Nº 3877



Deputados(as) 10ª Legislatura



Mesa Diretora



Comissões

## Sumário

Esta edição contém 04 Páginas

<b>ATOS LEGISLATIVOS</b> .....	<b>2</b>
ATAS DAS COMISSÕES.....	2
<b>ATOS ADMINISTRATIVOS</b> .....	<b>3</b>
DECRETOS ADMINISTRATIVOS.....	3
PORTARIAS DA PRESIDÊNCIA.....	4
PORTARIAS DA DIRETORIA-GERAL.....	4
ERRATAS.....	4

**DIRETORIA DE ÁREA LEGISLATIVA**  
**Diretoria de Documentação e Informação**  
Coordenadoria de Publicações Oficiais

Palácio Deputado João D'Abreu  
Praça dos Girassóis - CEP 77003-905  
Palmas - TO

Autenticidade da edição garantida quando  
visualizada diretamente no portal  
<https://www.al.to.leg.br/diario>

# ATOS LEGISLATIVOS

## Atas das Comissões

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 10ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da décima nona reunião extraordinária  
Em 20 de agosto de 2024

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reuniu-se extraordinariamente, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Cleiton Cardoso, Gipão, Nilton Franco e Moiseimar Marinho. Estava ausente a Senhora Deputada Claudia Lelis e o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. O Senhor Deputado Nilton Franco, secretariado pelo Senhor Deputado Gipão, declarou aberta a Reunião e nos termos do Artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Reuniões anteriores à apreciação, as quais foram aprovadas. Não havendo Expedientes a serem lidos. O Senhor Presidente fez a leitura do Despacho que determina o apensamento ao Projeto de Lei 759/2024, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “promove a sustentabilidade ambiental nas construções públicas do Estado do Tocantins”; ao Projeto de Lei 789/2024, que “dispõe sobre a adoção de práticas e métodos sustentáveis nas obras e serviços de construção civil executados pelo Estado do Tocantins e dá outras providências”. Em seguida passou-se a Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Nilton Franco avocou a relatoria das seguintes Matérias: de autoria do Executivo o Projeto de Lei 11/2024, que “declara feriado estadual o Dia do Senhor do Bonfim, a ser celebrado anualmente no Estado do Tocantins”; as Medidas Provisórias de autoria do Executivo, 15/2024, que “altera a Lei nº 3.665, de 12 de maio de 2020, que institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins - Fdesto, e adota outras providências”; 16/2024, que “altera a Lei nº 1.664, de 22 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e adota outras providências”; 17/2024, que “altera a Lei Estadual nº 3.736, de 18 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - RPPS-TO, e adota outras providências”; e 18/2024, que “altera a Lei nº 1.402, de 30 de setembro de 2003, que institui o Programa de Incentivo à Cultura no Estado do Tocantins, e adota outras providências. Avocou ainda o Projeto de Lei 3/2024, de autoria do Tribunal de Conta, que “altera a Lei nº 1.903, de 17 de março de 2008, para dispor sobre a função de confiança no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO, e adota outras providências”; 796/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre o Programa Saúde nas Escolas”; de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, o Projeto de Lei 799/2024, que “institui a Política de Educação Digital nas Escolas - Cidadania Digital, e dá outras providências”; e 817/2024, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao senhor Márcio Pinheiro Rodrigues”; de autoria do Senhor Deputado Gipão, os Projetos de Leis 813/2024, que “dispõe sobre a criação da Política Estadual de Enfrentamento da Dor Crônica”; 814/2024, que “dispõe sobre a criação da Política Estadual de Enfrentamento da Dor Crônica”; e 815/2024, que “autoriza o Poder Executivo a criar bolsas nas universidades públicas e privadas destinadas a pessoas com deficiência que cursarem cursos de formação profissional para trabalho com pessoas com deficiência”; O Senhor Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator das Mensagens de Veto, 38/2024, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 85/2024”; 39/2024, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 88 de 2024”; 41/2024, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 80 de 2024”; 43/2024, que “veta

parcialmente o Autógrafo de Lei nº 101 de 2024”; e 44/2024, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 104 de 2024”; dos Projetos de Lei, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, 656/2024, que “declara de Utilidade Pública a Associação de Aquicultores de São Miguel do Tocantins”; e 834/2024, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor José Alberto Simonetti”; 800/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, a Festa do Pequi, no município de Nova Rosalândia - TO”; 801/2024 de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “institui a Campanha de Educação e Conscientização sobre Desastres Ambientais no Campo e na Cidade, e dá outras providências”; de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, os Projetos de Lei 807/2024 que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Terapêutica Vidas em Primeiro Lugar, criada em 10 de fevereiro de 2023, no município de Miracema do Tocantins-TO”, 828/2024, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação TO Ananda, entidade sem fins lucrativos, fundado em 20/04/2023”; e 830/2024 que “declara de Utilidade Pública Estadual a Federação de Boxe do Tocantins, entidade sem fins lucrativo, fundada em 11 de fevereiro de 2021, com sede no município de Paraíso do Tocantins -TO”; de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, 808/2024, que “altera a Lei nº 4.109 de 5 de Janeiro de 2023, que Dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, e adota outras providências”; 836/2024, que “cria o Programa Tendas Violetas no âmbito do Estado do Tocantins”; de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari o Projeto de Lei 820/2024, que concede “Título de Cidadão Tocantinense” ao Senhor Marcino Pereira Lima”; 821/2024, que “dispõe sobre a proibição à diferenciação na definição do prazo de marcação de consultas, exames e outros procedimentos entre os pacientes cobertos por planos ou seguros privados de assistência à saúde e os pacientes custeados por recursos próprios”; de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, 827/2024 que “institui a Semana de Conscientização e Prevenção sobre os males causados pelo uso intenso de celulares, tablets e computadores por crianças e adolescentes no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, e 838/2024, que “institui o cartão de identificação para pessoa com deficiência permanente (Cipdep) e dá outras providências; revoga a Lei nº 3.670, de 26 de maio de 2020”; do Projeto de Lei 811/2024, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho, que “autoriza o Poder Executivo Estadual do Tocantins a promover a política pública de implantação e instalação gratuita de Energia Fotovoltaica Social, denominada de Energia Fotovoltaica Social TO, e dá outras providências”; 818/2024 de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “atribui nome a TO - 247, em toda a sua extensão para Rodovia Professora Maria Rosa Castro Sales”; 822/2024, de autoria do Senhor Deputado Jair Faria, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cristã Comitiva Esperança- ACCE, no Município de Palmas - TO”; 833/2024, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas prestadoras de serviços, contratadas pelo Governo do Tocantins, disponibilizarem vagas de emprego para mulheres vítimas de violência”. O Senhor Deputado Moiseimar Marinho foi nomeado relator das Mensagens de Veto, 40/2024, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 77 de 2024”; e 42/2024, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 99 de 2024”, Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso 797/2024, que “dispõe sobre o sistema de sinalização de canais de denúncia para os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na forma que menciona”, 798/2024, que “denomina Rodovia Rosário Carneiro de Oliveira o trecho da TO-040, que inicia no entroncamento da TO-255 Monte do Carmo (próximo a Fazenda Alpoim), e termina no entroncamento da TO-262, Fazenda Trinchete, em Silvanópolis -TO”, e 806/2024, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Produtores Rurais da Região Brejo D’Antas, no município de Lizarda -TO”; de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, 826/2024, que “institui a Semana Estadual de Conscientização e Incentivo à Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, e 837/2024, que “altera a Lei nº 3.457, de 17 de abril de 2019, que dispõe sobre incluir na obrigatoriedade de

publicação na internet da lista de espera dos pacientes, os exames complementares e as consultas especializadas, e dá outras providências”; de autoria do Senhor Deputado Gipão os Projetos de Lei 816/2024, que “dispõe sobre diretrizes para a assistência e proteção jurídica, psicológica e socioeconômica às mães de crianças e adolescentes que sejam vítimas de abuso sexual no Estado do Tocantins”, e 831/2024, que “dispõe sobre a proibição do consumo de maconha em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados no Estado do Tocantins”; de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo os Projetos de Lei 802/2024, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Mãos Estendidas sediada no município de Araguaína - TO”; e 803/2024, que “declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos e Profissionais dos Autistas do Estado do Tocantins - Associação Mundo Autista”; de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro os Projetos de Lei 819/2024, que “declara de Utilidade Pública a Associação das Mulheres Agricultoras da Agrotins e Entorno, de Base na Agricultura Familiar - AMEA”; e 832/2024 que “concede o título de Cidadã Tocantinense à Miyuki Hyashida”; 810/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “declara de utilidade pública Estadual o Instituto Videira De Palmas”; 812/2024, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso da inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta”; 823/2024, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências”; 824/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “institui a Política Estadual de Incentivo à Abordagem do Cooperativismo nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 825/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “declara de Utilidade Pública a entidade “PAE BENEDITO DE ARUANDA; 829/2024, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Olho D’Água dos Pequenos Produtores Rurais do município de Miracema do Tocantins-TO, criada em 23 de Novembro de 2002”; e 835/2024, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Gedeon Batista Pitaluga Junior”. Não havendo Devolução de Matérias, passou-se à Ordem Dia, que foram lidos e deliberados os pareceres das seguintes Matérias: os Projetos de Lei 566/2024, 782/2024, 790/2024, foram encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; a Mensagem de Veto 30/2024, foi encaminhada ao Plenário; os Projetos de Lei 593/2024, 608/2024, 757/2024, 768/2024, 780/2024 e 784/2024, foram encaminhados ao Arquivo; os Projetos de Lei 763/2024, 778/2024, 791/2024 e 809/2024 foram encaminhados à Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O Projeto de Lei 674/2024, foi encaminhado à Comissão de Saúde e Assistência Social. Não havendo nada mais à tratar, o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos às onze horas e doze minutos, e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelo Presidente e Secretário e após, publicada.

## ATOS ADMINISTRATIVOS

### Decretos Administrativos

#### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.013/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Tatiane Victoria Alves Ferreira para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP13, no Gabinete do Deputado Valdemar Júnior, a partir de 16 de setembro de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de setembro de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente

#### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.014/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Jhadson Alencar Freitas, matrícula 12316, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP8, do Gabinete do Deputado Jorge Frederico, a partir de 16 de setembro de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de setembro de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente

#### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.015/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Brunna Camargo Reis, matrícula 16200, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP8, do Gabinete da Deputada Luana Ribeiro, a partir de 16 de setembro de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de setembro de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente

#### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.016/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

## RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Henrique Gomes Aguiar para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP8, no Gabinete da Deputada Luana Ribeiro, a partir de 16 de setembro de 2024.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de setembro de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente

## Portarias da Presidência

### PORTARIA Nº 044/2024 - P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 2º, da Lei nº 4.209, de 11 de agosto de 2023 e, considerando o art. 25 do Regimento Interno,

## RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o primeiro período das férias legais do servidor IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA, matrícula nº 114542, referente ao período aquisitivo de 30/01/2021 a 29/01/2022, para fruí-las em 20/09/2024 a 04/10/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias mês de setembro de 2024.

Deputado AMÉLIO CAYRES  
Presidente

## Portarias da Diretoria-Geral

### PORTARIA Nº 609/2024 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 116, IX, da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023, e em consonância com o art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 7, de 28 de novembro de 2019, publicado no Diário da Assembleia nº 2924, alterado pelo Art. 1º do Ato da Mesa Diretora nº 7 de 21 de dezembro de 2021,

## RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR os níveis de remuneração dos servidores abaixo relacionados, do Gabinete do Deputado Jorge Frederico, a partir de 16 de setembro de 2024:

- Daiane Borges Lobo, matrícula 14223, de SP-2 para SP-13;
- Lucicleide de Jesus Azevedo, matrícula 16238, de SP-8 para SP-9.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de setembro de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA  
Diretor-Geral

## Erratas

### ERRATA

Dispõe sobre correções nos textos dos Decretos abaixo:

01. No Decreto Administrativo, de 7 de junho de 1991, publicado no Diário da Assembleia nº 108, de 14 de junho de 1991,

Onde se lê:  
Jaqueline Magda de Godoy Cerruti

Leia-se:  
Art. 1º (...)  
Jaqueline Magda Godoy Cerruti

02. No Decreto Administrativo nº 83, de 6 de fevereiro de 1995, publicado no Diário da Assembleia nº 788, de 8 de fevereiro de 1995,

Onde se lê:  
Jaqueline Magda de G. Cerrutti

Leia-se:  
Jaqueline Magda Godoy Cerruti

Palmas/TO, 16 de setembro de 2024.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA  
Diretor-Geral

Setembro  
**DOURADO**

Mês de combate ao  
câncer infantojuvenil

A detecção  
precoce faz toda  
a diferença  
na recuperação!



**ASSEMBLEIA**  
LEGISLATIVA DO TOCANTINS